

Índios: não repetir os erros dos EUA

Da Sucursal do RIO

"O Brasil está alcançando atualmente o desenvolvimento econômico e a integração territorial semelhante à dos Estados Unidos no século passado. Devemos evitar que se cometam os mesmos erros contra as populações indígenas, que os Estados Unidos cometeram; e que, hoje, toda a cultura americana condena — declarou, ontem, o prof. Afonso Arinos Mello Franco, ex-ministro das Relações Exteriores. Ao comentar a legislação brasileira relativa às terras indígenas em decorrência da proposta de extinção do Parque do Xingu, feita pelo gen. Eurico Rondon, o prof. Afonso Arinos afirmou: "A Constituição, no seu artigo 198, é clara na sua defesa aos direitos dos índios. Agora, está sendo estudado pela Comissão de Constituição e Justiça do Congresso um projeto para implantação do Estatuto do Índio, de autoria de Temistocles Cavalcanti, o qual destina-se à ampliação do artigo 198 da Constituição".

O Estatuto, segundo Afonso Arinos, "em muitos pontos deverá provocar divergências, mas, como contribuição, é válido, pois mostra que o pensamento do governo não é hostil à tradição cultural brasileira e internacional sobre o Brasil, com referência ao problema das culturas indígenas".

Lição norte-americana

"Há varios pontos no Estatuto do Índio — disse o ex-chanceler — que podem ser interpretados de forma lesiva aos princípios das ciencias humanas de defesa do silvícola". Na opinião do professor, que é membro do Conselho Federal de Cultura, e da ABL, a proteção às civilizações indígenas poderá ser feita mediante um trabalho coordenado ante as diferentes autoridades do governo.

O que eu desejo enfatizar — lembrou — é que o surto desenvolvimentista que a Nação está atravessando não deve ser realizado com o sacrifício de valores humanos, científicos e culturais, de importância inestimável para a ciencia no mundo inteiro e, principalmente, do Brasil". A lição que os norte-americanos nos deram há um século, é de importância inestimável no momento. "Ineldir no mesmo erro dos pioneiros norte-americanos, seria um retrocesso do qual nos arrependíamos no futuro, como os norte-americanos se estão arrependendo agora".

Influência indígena

Disse o prof. Afonso Arinos que se interessa pelo problema dos índios há muitos anos, desde que começou a escrever as memórias de seu pai, Afranio de Mello Franco, relator da primei-

ra lei brasileira de proteção aos índios, aprovada em 1928. Essa lei foi utilizada por Temistocles Cavalcanti, que a citou em seu estatuto, como uma das principais contribuições. O jurista é também, autor do livro "O índio brasileiro e a Revolução Francesa", cuja tese central é a influencia desempenhada pelo mito do indígena, do homem natural, em todo o pensamento político liberal da Europa, depois do descobrimento. Também os grandes escritores europeus foram influenciados por esse mito. Os exemplos mais conhecidos são Rousseau, ("O bom selvagem"), Thomas Morus (utopia) e Shakespeare (a tempestade).

Extinção improvável

A respeito da possível extinção do Parque do Xingu, Afonso Arinos disse que já analisou o Estatuto do Índio e acha que isso é improvável. As unicas possibilidades de extinção e desocupa-

ção de áreas habitadas por populações indígenas estão contidas no artigo 35 do capítulo I do título "Das terras e áreas ocupadas": "Excepcionalmente, por motivos relevantes de Segurança Nacional, de saúde publica, para eliminar graves endemias ou outros relacionados com o desenvolvimento nacional e que não encontrem solução alternativa, poderá a União intervir ou desocupar área habitada por populações indígenas, inclusive para removê-las, desde que determinada a providencia por decreto do presidente da República, ouvido os órgãos competentes. A intervenção ou desocupação, total ou parcial, poderá ser determinada: para, por termo a luta entre tribos indígenas; para combater surtos epidemicos; por imposição da Segurança Nacional através de medidas especificas; para promover o desenvolvimento da região, tendo em vista os altos interesses nacionais".

A meta econômica condenará o índio

"Se tivermos como denominador de desenvolvimento somente o rendimento econômico, caminharemos fatalmente para a extinção total das opulações indígenas, por mais belas que sejam nossas intenções, estatutos e leis", declarou ontem escritor Antonio Houaiss, eleito recentemente para a Academia Brasileira de Letras.

O escritor acha que a extensão territorial do País é suficiente para que ainda não estejamos na situação de desespero, em que a sobrevivência dos nordestinos dependeria da invasão de terras destinadas, pela Constituição, ao índio.

Quanto à estrada Cuiabá-Santarém, Antonio Houaiss acha que sua eficácia econômica não será prejudicada se ela for desviada um pouco de seu traçado, evitando cortar o Parque do Xingu. Para o escritor, o problema de um processo correto de integração do indígena é de tamanha importância, "que sobre ele deveriam opinar todas as entidades culturais brasileiras e todos os brasileiros que se debruçam sobre a indagação do nosso futuro". "Não deveria, portanto, ser objeto da decisão exclusiva de um grupo que só esteja aferindo a viabilidade econômica e rodoviária de um caminho de comunicação e transporte".

Etnocídio

A implantação da cultura ocidental na América, para Antonio Houaiss tem sido realizada, desde a descoberta do Continente, por meio de um sistemático etnocídio. A palavra é um neologismo da antropologia, criado recentemente, para evitar constantes confusões com o conceito de

genocídio. Este, segundo Houaiss é política estatal, destinada à extinção das raças que os extintos chamam de "raças ruins". Etnocídio, em filosofia antropológica, não encerra uma idéia maléfica e preconceitual de superioridade racial. Constata apenas que, do relacionamento de duas culturas, uma delas é tão essencialmente prejudicada, que desaparece totalmente, pela extinção dos individuos que a representam.

Extinção dos índios

O etnocídio, na história da América é alarmante. No Brasil, na época do Descobrimto, existiam entre um e 10 milhões de índios, pois o numero exato ainda é objeto de controvérsias entre os estudiosos. Atualmente existem perto de 50.000 em todo o território nacional. Na Argentina, só na segunda parte do Século XIX, os índios foram totalmente extintos, restando apenas pequena reserva ao Norte, na fronteira com o Paraguai. Na República Dominicana, na época do Descobrimto, havia uma das maiores densidades populacionais, com cerca de 2 milhões de índios. Oitenta anos depois, eram menos que 10.000 e, atualmente, não existe qualquer vestígio deles, nem mesmo pela miscigenação.

Tempo frio

A Academia Brasileira de Letras não é a instituição adequada para estudar o problema da extinção das culturas indígenas. O assunto é da responsabilidade do Conselho Federal de Cultura, explicou Antonio Houaiss. A definição exata do termo cultura "é a maneira pela qual, com instrumentos físicos e mentais, uma coletividade sobrevive". Quanto aos processos de integração mais adequados, acredita que não se constituem, especificamente, "em preservar os índios numa amostra de paraíso perdido, num recanto do Brasil. É preciso que todos entendam, como entenderam Rondon, os irmãos Villas Boas e Noel Nutels, que qualquer ação civilizatória sobre o índio tem que ser feita no que se convencionou chamar "tempo frio", ou seja, impedindo precipitações na História. O que vai ser progresso para nós, penetrando as áreas reservadas para os índios, constituirá rutura brutal de seus quadros mentais, religiosos e morais, com a intromissão da cachaca, da sífilis e das doenças venéreas", concluiu Antonio Houaiss.